

## COMAD/Santos

### LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Legislação	Data	Descrição
Lei Federal nº 5352	08/11/1967	Institui o “Dia Nacional da Saúde”.
Lei Federal nº 7352	28/08/1985	Institui o Dia Nacional do Voluntariado.
Lei Federal nº 7488	11/06/1986	Institui o “Dia Nacional de Combate ao Fumo”.
Lei Federal nº 9294	15/07/1996	Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.
Decreto Federal nº 2018	01/10/1996	Regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição
Lei Complementar nº 328	31/03/1999	Fixa normas para a comercialização de produtos que especifica e dá outras providências.
Lei nº 1767	11/06/1999	Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas e dá outras providências.
Lei nº 1930	29/03/2001	Institui no calendário oficial do município a Semana Antidrogas e dá outras providências.
Decreto nº 3718	25/04/2001	Aprova o regimento interno do Conselho Municipal Antidrogas.
Lei nº 1945	21/06/2001	Estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino da rede municipal afixarem em local visível, com destaque, os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas e drogas.
Lei nº 1977	13/11/2001	Altera dispositivos da Lei n.º 1.767, de 11 de junho de 1999, que dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas.
Decreto nº 3824	14/11/2001	Regulamenta a Lei nº 1945, de 21 de junho de 2001, que estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino da rede municipal afixarem em local visível, com destaque, os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas e drogas.
Lei nº 1989	13/12/2001	Institui o estudo da dependência química e suas consequências neuro-psico-sociológicas, no currículo escolar municipal, e dá outras providências.
Lei nº 1991	13/12/2001	Institui o Programa de Combate e Prevenção ao Alcoolismo no município e dá outras providências.
Lei nº 2031	25/06/2002	Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com entidades, objetivando a recuperação de pessoas portadoras de dependência química.
Lei nº 2060	29/10/2002	Altera dispositivo da Lei n.º 1.767, de 11 de junho de 1999, que dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas.
Decreto nº 4038	18/03/2003	Regulamenta a Lei Municipal n.º 1.930, de 29 de março de 2001, que acrescenta ao calendário oficial do município de Santos a “Semana Municipal Anti-Drogas”.
Decreto nº 4275	27/07/2004	Nomeia membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 1.767, de 11 de junho de 1999.
Decreto nº 4477	13/10/2005	Institui a Comissão Municipal de Aids – COMAIDS e adota providências correlatas.
Lei nº 2352	22/12/2005	Altera dispositivo da Lei nº 2.031, de 25 de junho de 2002, que autoriza o poder executivo a celebrar convênio com entidades, objetivando a recuperação de pessoas portadoras de dependência química.
Lei Federal nº 11343	23/08/2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Decreto Federal nº 5912	27/09/2006	Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 6117	22/05/2007	Aprova a Política Nacional sobre o Alcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e a sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências.
Decreto nº 4817	24/05/2007	Acrescenta incisos ao artigo 3.º do Decreto n.º 4.038, de 18 de março de 2003, que regulamenta a Lei Municipal n.º 1.930, de 29 de março de 2001.
Decreto nº 4835	15/06/2007	Altera o Decreto n.º 4.038, de 18 de março de 2003, que regulamenta a Lei Municipal n.º 1.930, de 29 de março de 2001, que acrescenta ao calendário municipal de Santos a "Semana Municipal Anti-Drogas", e dá outras providências.
Lei Federal nº 11530	24/10/2007	Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências.
Decreto nº 5053	07/04/2008	Nomeia membros da comissão organizadora para realização da V Conferência Municipal Antidrogas, e dá outras providências.
Lei Federal nº 11705	19/06/2008	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.
Decreto nº 5116	25/06/2008	Nomeia membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD
Lei Estadual nº 13541	07/05/2009	Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.
Decreto nº 5588	11/05/2010	Nomeia membros da comissão organizadora para realização da VI Conferência Municipal Antidrogas, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 7179	20/05/2010	Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.
Decreto nº 5603	26/05/2010	Acresce dispositivo ao Decreto n.º 5.588, de 11 de maio de 2010, que nomeia membros da comissão organizadora para realização da VI Conferência Municipal Antidrogas, e dá outras providências.
Lei nº 2704	19/07/2010	Altera a nomenclatura do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD e outros dispositivos da Lei n.º 1.767, de 11 de junho de 1999.
Resolução – RDC nº 29-Anvisa	30/06/2011	Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.
Lei Estadual nº 14592	19/10/2011	Proíbe vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, e dá providências correlatas.
Portaria nº 3088-GM	23/12/2011	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Portaria nº 148-MS	31/01/2012	Define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e de custeio.
Portaria nº 160-MS	01/03/2012	Estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, das equipes que farão parte do Movimento Nacional População em Situação de Rua.

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Resolução - RDC Nº 14- Anvisa	15/03/2012	Dispõe sobre os limites máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros e a restrição do uso de aditivos nos produtos fumígenos derivados do tabaco, e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 58613	28/11/2012	Institui, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Comitê Estadual de Gestão do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e dá providências correlatas.
Lei Federal nº 12760	20/12/2012	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.